

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.668.991 - PR (2020/0043393-3)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : RENAN DIEGO DE ANDRADE**  
**ADVOGADO : EDSON APARECIDO STADLER - PR015063**  
**AGRAVADO : FRANCISCO GONÇALVES GEREMIAS**  
**AGRAVADO : TIAGO DE JESUS GEREMIAS**  
**ADVOGADO : SANDRO MARCELO GRABICOSKI - PR041038**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por RENAN DIEGO DE ANDRADE, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

Apelação cível. Ação de reparação de danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Acidente de trânsito. Legitimidade passiva do proprietário do veículo que responde solidariamente com o condutor pelos danos causados. Ausência de insurgências quanto à dinâmica do sinistro e quanto ao valor da indenização por dano material. Dano moral inexistente. Mero dissabor ou aborrecimento. Indenização afastada. Recurso parcialmente provido.

1. “A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o motorista e o proprietário do veículo automotor respondem, de forma solidária, pelos danos causados em acidente de trânsito”. (STJ – 4ª T. - AgInt no AREsp 1077547/RS –Dje 17/09/2018)

2. Embora o acidente tenha causado transtornos e aborrecimentos, próprios da privação do veículo, não houve ofensa à honra, à dignidade ou mesmo à integridade física da vítima, de forma que não se configura o dano moral indenizável.

Quanto à controvérsia, pelas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927 do CC e divergência jurisprudencial, trazendo, em síntese, o seguinte argumento:

Desta feita, é indubitável que o ora Recorrente sofreu e sofre danos extrapatrimoniais, devendo estes serem reparados, conforme determinado pela D. Juíza singular, já que estão presentes os pressupostos da responsabilidade civil deste resultado danoso (fls. 367).

É o relatório. Decido.

No que concerne à controvérsia pela alínea "a", na espécie, o Tribunal de

origem se manifestou nos seguintes termos:

Na hipótese em tela, embora tenha havido perda total do veículo de Renan, o qual, conforme noticiado, até o momento não conseguiu adquirir outro, é certo que o sinistro resultou em transtornos e aborrecimentos, mas que não se revelam compatíveis com o dano moral. Não houve ofensa à sua honra ou à sua integridade física, pois sem qualquer lesão indenizável.

Entendimento diverso implicaria admitir que todo acidente de trânsito ensejaria o pagamento de danos morais, pois conhecidos os inúmeros transtornos suportados pelo motorista privado de seu veículo (fl. 296).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.365.794/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 9/12/2013; AgRg no Ag 1.408.221/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 19/6/2012; AgInt no REsp 1.785.677/SP, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 2/9/2019; AgInt no AREsp 1.486.359/SC, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no REsp 1.652.916/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe 30/8/2019; AgInt no AREsp 1.413.617/GO, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 17/5/2019.

Em relação à controvérsia pela alínea "c", não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.

Nessa linha: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Observem-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n.

# *Superior Tribunal de Justiça*

535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente